

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : 15

DATA : 15/04/89

PG. : ___11

Urutu, na Amazônia, é cobra

José Altino Machado

Secretaria de Assessoramento e Defesa Nacional — codinome institucional do Conselho de Segurança Nacional — quer assumir o controle da Amazônia e do meio ambiente. E, no arresto, açodadamente, põe o dedo na válvula de alívio da tensão brasileira, o garimpo, ao apresentar projeto à presidência da República, desorganizando a vida de quatro milhões de brasileiros na Amazônia.

Alguém no Brasil civilizado já viu uma mula desembestada indo com os arreios para o mato? O engraçado é que ainda surgem bravateiros que querem montar na mula e conduzi-la por direção, marcha e interesse que pretendem. Como se a mula fosse deles.

É uma droga o país em que cada um busca fazer a lei e a administração com o que tem na cabeça e o que quer no bolso.

Brasileiros e brasileiras (tem até uma piada nova sobre isto em Angra dos Reis), vocês e nós temos que sair da inércia da estupefação e, de um jeito ou de outro, reagir. Tem que se bem difundir o que são, na verdade, esses senhores do poder. Esses loucos, que saltam por ai na mula e falam "aqui mando eu", são empregados — e bem pagos — para tomar conta e bem administrar o que é nosso.

Nós somos da garimpagem. Nossa posição é a de reagir, com os meios e modos possíveis, contra loucuras administrativas, leviandades políticas e, principalmente, o exercício do poder não concedido.

A critica é ótima, quando vinda da sociedade. Agora, de órgão público, não se aceita nada. Sabem por quê? Esta nossa atividade existe desde os primórdios da formação do país. O próprio Cabral para cá não veio nadando, porque era longe. Mas ele bem sabla o que e quanto estava vindo buscar. É, creiam, desde aquela época, jamaís em tempo algum, a não ser a Coroa Portuguesa, alguém se interessou pelas regras e pela administração garimpeira. Simples: no vazio destas regras, foi tanta mina, tanta riqueza de muítos, que passou a ser de poucos, que se estabeleceu e se perenizou regra indecente. Aqui na Amazônia, não foi possível viver a lei. A sociedade organizou-se como pôde, mas, organizou-se.

Vocês sabem quanto custa a uma empresa de mineração descobrir uma área explorável na Amazônia? Uma fábula. Algo que empresariado brasileiro não tem e, quando tem, não arca, de jeito nenhum. Afinal, os brasileiros não são empresários, todos negociantes: o capital tem que voltar logo e dobrado, o que não combina com atividades amazônicas.

Deixando os garimpos ilegais e irregulares, fácil era, na conveniência, defenestrá-los, na forma da lei, para interessados comensais da corte assumirem a desejada postura de minerador.

Por anos, a melhor pesquisa mineral na Amazônia era descobrir

um bom garimpo. Até a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) requereu reserva garimpeira com decreto e tudo. E, engraçado, leiloou-a.

Nos negros períodos da censura à imprensa, tal modalidade funcionou como um rolo compressor dos direitos coletivos adquiridos. No novo período, táticas diferentes surgiram: depredação da jazida, escravização de mão-de-obra, contrabando, droga. Por fim, mercúrio e melo ambiente. Mas, será que, realmente, ninguém vislumbra a insensatez de fechar uma atividade pelo que possul de nefasto, ao invés de interferir, administrando-a, coordenando-a, educando-a e, inclusive, disciplinando-a?

Será possível que nosso povo não entende que tudo isto é apenas para que as minas troquem de mãos? O garimpo tinha 400 mil profissionais há apenas dois anos. Hoje, são 1 milhão. Chegam-nos mais de 1 mil 500 pessoas por dia à Amazônia.

Quem não está podendo ir para o Canadá, Portugal e EL A esta vindo para cá. E o governo vê. Não assume para não demonstrar, de vez, que sua política econômica fallu o brasileiro.

A Amazôma explodiu, sim, mas com a fome e a miséria nacionais. O brasileiro está retornando, desesperado, à primeira forma de sobrevivência que o homem conheceu: o extrativismo. E, pior, descobriu que o Brasil tinha dono ou há quem pense que é.

Do colete do Palácio do Planalto (ou chama-se anexo?) surge uma invasão generalizada do poder cívil. Não sabiamos. Agora, somos de segurança nacional, e, simplesmente, ninguém perguntou se a sociedade amazônica queria ser isto at.

Pois, sob esta alegação, dispensaram o ministro responsável, das Minas e Energia, o outro, do Interior, e a Amazônia inteira e entregaram a proposta ao poderoso executivo, dizendo que o que somos não somos e não vamos ser Fizeram-nos criminosos (2 a 5 anos de prisão) e aínda subtrairão nossos bens e pertences (time da reforma agrária, perceberam agora como se toma a propriedade privada?).

perceberam agora como se toma a propriedade privada?).

Claro que até no garimpo haveria os de sucesso, os espertos, os que se enquadrariam na vontade feudal do fardado de gabinete. E os outros? A massa para completar o milhão? E os que estão chegando? Será que todo mundo vai aceitar que burocratas irresponsáveis e levianos se tornem, efetivamente, donos do país? — acho que pão

levianos se tornem, esetivamente, donos do país? — acho que não.

Asinal, urutu não anda na Amazônia. E, estou certo, isto não passa neste Congresso, não neste. Naquele do Arenão, era possivel.

Neste não

Neste, não.

E, se acontecer, vamos torcer para internacionalizar isto aqui.
Ai, quero ser francês. Haveria mais respeito.

José Altino Machado é garimpeiro no Tapajós e foi fundador e presidente da União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia Legal